

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO CAMPO EM DONA FRANCISCA/RS E SUAS REPERCUSSÕES

Altair Groff¹
Ane Carine Meurer²

Resumo

O trabalho trata sobre a desativação das escolas do campo, que teve seu auge no início da década de 90, mas que, ainda hoje continua, provocando uma série de consequências, entre elas, o êxodo rural e a superlotação das escolas urbanas. No percurso do texto buscamos tratar dos aspectos históricos da Quarta Colônia³ e de Dona Francisca/RS; do ensino após a chegada dos imigrantes; e dos aspectos educacionais, sociais, econômicos e culturais do município. O trabalho tem como objetivo: identificar aspectos históricos, culturais, educacionais, econômicos e sociais referentes à implantação das escolas rurais no município, visando a compreender e questionar os processos de desterritorialização das escolas do campo no município de Dona Francisca/RS. A preocupação consiste nas consequências da desativação das escolas, que ocasionam o êxodo rural, repercutindo na estruturação das comunidades e no futuro destas.

Palavras-chave: Desterritorialização das escolas no campo, sucessão rural, Dona Francisca/RS.

Introdução

O que nos impulsiona a pesquisar sobre as escolas desterritorializadas é o fato de vê-las em grande número fechadas no município de Dona Francisca, estando o mesmo acontecendo no Brasil e em outros países. Tal situação provoca um sentir de que a educação, principalmente a Educação no Campo, está se desenvolvendo ora avançando, ora retrocedendo, ora permanecendo estagnada.

O município em estudo localiza-se na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, próximo à cidade de Santa Maria e da UFSM. Teve 08 escolas rurais, objeto de estudo e uma urbana desativa. Mas a desativação continua acontecendo no nosso estado.

Dividindo o número de escolas rurais fechadas pelo número de dias no ano, a média é de 8 escolas fechadas por dia na região rural. Com os números de 2014, a contar dos últimos 15 anos, totalizaram 37 mil escolas fechadas. A

¹altair.groff@ufsm.br, PPGGEEO - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Santa Maria/RS.

²anemeurer@gmail.com, PPGGEEO - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Santa Maria/RS.

³ A Quarta Colônia de Imigração Italiana é uma região localizada no Rio Grande do Sul, na Mesorregião do Centro Oriental Rio-grandense, e que foi o quarto centro de colonização italiana na então Província do Rio Grande do Sul, apenas depois de Caxias do Sul (com a denominação antiga de Campo dos Bugres), Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (hoje Garibaldi), e a primeira fora da Serra Gaúcha.

Coordenadora Geral de Educação do Campo e Cidadania do INCRA e professora da Universidade de Brasília (UnB), Clarice Santos, afirma que “esses números revelam o fracasso da atual política de educação no campo” (EFE - AGÊNCIA, 2014, p.1).

O desenvolvimento da pesquisa condiciona a encaminhamentos metodológicos, tais como: a) revisão bibliográfica de obras que tratem da temática: livros, artigos, capítulos de livros, revistas, documentos, especialmente os que se encontram junto à SMED do município de Dona Francisca e nas bibliotecas, entre as quais, a da Escola de Ensino Fundamental e Médio Maria Ilha Baisch. Também estão sendo utilizados mecanismos como: a) internet, documentários e outros; b) revisão histórica abrangendo o município em estudo, tecendo-se relação com a Quarta Colônia; e c) levantamento, por meio de pesquisa de campo, das escolas no meio rural do município que cessaram suas atividades.

Paulo Freire encontrou no meio da população camponesa muitos dos subsídios que o inspiraram a elaborar o delineamento teórico voltado à prática em seus escritos sobre a concepção de libertar os oprimidos. “Com os camponeses debati vários momentos da Pedagogia do Oprimido ainda em processo de redação. Não tenho por que negar o bem que a amizade de ambos me fez e a contribuição que a inteligência aguda deles me trouxe” (FREIRE, 2005, p. 53). Sendo assim, os camponeses participaram da pesquisa que ora se apresenta, como investigadores e estudiosos.

Um trabalho sobre desterritorialização das escolas rurais do município de Dona Francisca visa à análise deste fenômeno, que não é só local, mas em todo o país.

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa (MINAYO, 2007, p. 61).

O estudo tem como objetivo: identificar aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais referentes à implantação das escolas rurais no município, visando a compreender e a questionar os processos de desterritorialização das escolas do campo no município de Dona Francisca/RS. Sob a abordagem dialética, pretende mostrar a desconstituição das escolas no campo e a repercussão, inclusive, na sucessão das terras deste município. A pesquisa organiza-se como um estudo de caso em uma abordagem qualitativa com observações na comunidade por meio da pesquisa de campo.

O resultado do trabalho foi questionar o motivo pelo qual, das nove escolas no meio rural, oito foram fechadas. Qual a causa de tantas escolas serem fechadas neste

município, evidente no acompanhar dos inúmeros municípios da região, do estado e do país. Fechar uma escola não é simplesmente desativar, mas desterritorializar o campo. Os aspectos histórico, social e econômico estão inter-relacionados com o que se passa nas escolas no campo dos municípios e sua repercussão nas escolas urbanas, inclusive as de Dona Francisca/RS.

As Escolas no Campo em Dona Francisca/RS inseridas na Quarta Colônia

A constituição das escolas rurais de Dona Francisca deu-se, praticamente, nas décadas de 30 a 60, fruto de políticas públicas nacionais. Entra em ação o poder do Estado por meio do governo, que passou a implementar políticas face aos acontecimentos nacionais e internacionais. A justificativa para tais ações encontra-se no aumento da população urbana e, conseqüentemente, na necessidade do aumento da produção agrícola, a fim de suprir as necessidades desta.

As escolas públicas passaram a incorporar-se no espaço que os camponeses habitavam. Raffestin (1993, p. 22) nos diz que “de modo bem genérico com algumas raras exceções, a geografia política do século XX foi uma Geografia do Estado”. O autor ainda acrescenta: “Portanto, três sinais são mobilizados para caracterizar o Estado: a população, o território e a autoridade”. A conclusão é que o Estado existe quando uma população instalada num território exerce a própria soberania. As escolas foram instituídas através do Estado, uma vez que coube a este o compromisso com a educação, com o fornecimento de recursos humanos e materiais. Anteriormente, algumas delas já existiam, porém mantidas pelas comunidades.

Lefebvre (2013, p. 65) traz importante ponto de vista relacionado à geografia e à história a que se reporta: “Esse é o domínio da ciência que costumamos chamar de Geografia Humana, uma ciência que possui um objeto real e somente se engana quando isola esse objeto e deixa de lado a história”. Este objeto real refere-se aos lugares, aos espaços em que as atitudes do humano territorializam, desterritorializam e reterritorializam estes mesmos lugares e espaços. As escolas, quase todas elas, foram estabelecidas às margens do Rio Jacuí, em Dona Francisca, até os anos 60. Posterior à década de 90, sucedeu a desconstituição destes institutos, forçando o camponês a se deslocar para ambientes diferentes daqueles que lhes eram naturais, geralmente para um com precárias condições.

É de se perguntar que lugar cabe à geografia diante da história. As ciências se constituem tendo como base fatos passados e a projeção para o futuro. Os territórios foram sendo estruturados, implantados na medida em que a sociedade se constitui no tempo e no espaço. Ratzel (1990, p. 88) refere:

Que a história tenha necessidade de recorrer à geografia para poder representar, medir, descrever o teatro dos acontecimentos políticos e as formações territoriais que daí resultam, isso foi compreendido claramente já por Ortelius⁴ quando este publicou seu primeiro mapa cartográfico. Ortelius afirmou que a geografia e a cronologia são as duas colunas basilares da história.

Nesse contexto, cabe uma visão panorâmica sobre o histórico deste município e sua constituição. Isso porque se funde neste a migração dos camponeses europeus e, junto a eles, também, o professor, a professora, o padre, o pastor, o ferreiro, o marceneiro e o barqueiro⁵. Acredita-se que este último adquiriu habilidade aqui mesmo, devido à localização do município próximo ao Rio Jacuí. Uma profissão importante para o transporte de pessoas, entre elas, os alunos das escolas, além das mercadorias, dos animais, entre outros. A grande maioria dos imigrantes eram italianos e, em número um pouco menor, alemães. Não podemos desconsiderar que, no município, já estava a população indígena.

Embora não se possa afirmar, é provável que o primeiro homem branco a pisar em terras que hoje constituem a Quarta Colônia tenha sido o Pe. Roque Gonzales de Santa Cruz, nomeado Superior Provincial das Reduções do Paraná e Uruguai, entrou de canoa pelo Ibicuí, em 1626, e teria subido a serra de São Martinho. Segundo afirmou, andou livremente por todo o Tape com detalhes, ao Jaí (Rio Jacuí) (SPONCHIADO, 1996, p. 32).

Os indígenas já habitavam a região da Quarta Colônia, sendo que eram da tribo dos Tapes. Posteriormente, eles passaram a constituir os Setes Povos das Missões. Segundo os padres, estes eram predominantemente agricultores, plantavam milho, mandioca, batata-doce, abóbora, feijão, etc. Os índios foram os primeiros habitantes. Constituíram a história desde um tempo não registrado, tinham seu habitat no local e conviviam com a paisagem natural da época e praticavam agricultura de subsistência.

⁴Abraham Ortelius (1527 -1598) foi um cartógrafo e geógrafo flamengo, considerado o criador do primeiro Atlas moderno. Em 1578, ele lançou a base para o tratamento crítico da antiga geografia com o seu *Synonymia geographica*. Em 1564, ele completou um "mappemonde", um mapa-mundo de oito folhas.

⁵ Aquele que move ou conduz um barco ou uma barca, pequenas embarcações, bastante utilizadas nos transportes de pequenas cargas como alimentos, utensílios domésticos, entre outros. Os imigrantes alemães e italianos faziam uso de forma contínua das barcas e, para isso, havia quem as conduzia, o qual era denominado barqueiro. Os índios utilizavam mais as canoas e jangadas.

Atualmente, a população indígena não é encontrada na sua forma tradicional no município de Dona Francisca. Encontram-se miscigenados com as demais etnias.

Os índios constituíam seus territórios dentro de seus costumes, tradições, métodos utilizados na caça, na pesca. Com a chegada dos povos europeus, eles foram desterritorializados através da constituição de uma prática alheia aos próprios costumes.

Importantes estudos foram realizados pelo pesquisador Sponchiado (1996, p. 283), o qual nos coloca que “podemos concluir que diversas etnias se cruzaram pela região a que deu origem à população que habita as Margens do Rio Jacuí”.

1) O **índio** Guarani, o primeiro habitante; 2) o **espanhol** das Missões; 3) o **negro** escravizado, depois liberto ou mesmo fugitivo; e 4) o **português**, vindo de São Paulo pelo Planalto, o açorita chegado pela campanha debaixo da Serra. Mas haveria de vir ainda para formar um jardim de culturas 5) o **alemão**, subindo pelo Jacuí; e, por fim, 6) o **Italiano**, da Quarta Colônia.

A concepção que fica no imaginário dá conta de que o território foi ocupado sem que, nele, os habitantes fossem respeitados. Eles precisavam ser catequizados ou expulsos para dar lugar aos recém-chegados. Desterritorializados, os indígenas praticamente não permaneceram na região, mudaram-se para outros lugares e muitos vieram a sofrer o extermínio.

No século XIII, aí chegaram os índios Guarani, que cultivam alguns produtos nas várzeas férteis do rio como milho, mandioca, batata-doce, abóbora, feijão. No século XVII, os padres da Companhia de Jesus vindos do Paraguai chegaram na região para “catequizá-los”. Para os Padres os índios eram seres bárbaros, sem cultura, sem religião, pagãos que precisavam ser educados e transformados (reduzidos) em civilizados e cristãos, ou seja, tinham que agir e pensar como os europeus. Os evangelizadores não podiam descobrir os valores que eles tinham: os modos deles viverem em grupo, todos em igualdade, um verdadeiro comunismo, era visto como promiscuidades; o hábito de viver em serenidade, simplicidade, sem ganância de acumular as coisas era tomado pelos brancos como preguiça, miséria... As práticas religiosas, com seus cantos, ritos aos mortos, eram tidas por superstição, feitiçaria diabólica (SPONCHIADO, 1996, p. 282).

Assim, não restou outra prática a não ser a expropriação de boa parte dos primeiros habitantes desta região.

Após a consolidação dos imigrantes no município de Dona Francisca, começou a haver o crescimento da produção de alimentos, das casas e de recursos em geral para as famílias que se constituíam de forma numerosa. Então, no estado do Rio Grande do Sul, também se ofereciam outros municípios para serem colonizados. Os habitantes, especialmente filhos de imigrantes, buscavam terras em outras colônias, devido ao

número de filhos e também pela oferta em outros rincões do Rio Grande do Sul e mesmo do Sul do país.

A figura 01 busca mostrar a localização de Dona Francisca, bem como identifica os demais municípios inseridos na Quarta Colônia. Citamos, as escolas desativadas neste municípios em conformidade com as informações da Secretaria de Educação municipal de cada uma desses relata que **Agudo**: 21 escolas municipais paralisadas no campo; **Faxinal do Soturno**: 11 escolas municipais extinta; **Ivorá**: 11 escolas municipais desativadas; **Nova Palma**: 08 escolas municipais que deixaram de atender estudantes; **Pinhal Grande**: 10 escolas municipais que fecharam suas portas; **Restinga Seca**: 55 escolas municipais desterritorializadas; **São João do Polésini**: 08 escolas municipais sem o quadro, sem criança e **Silveira Martins** não obtivemos acesso aos dados. O município de Restinga Seca teve número elevado de escolas desterritorializadas, chama atenção a criação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ricardo Muller, da Comunidade da Várzea do Meio, 1913 e E.M. de Ens. Fundamental João Bovolini na Comunidade de Pedregulho, teve seu início em 1921. Escolas com praticamente um século de existência que refletem o desterritorialização histórica no meio rural de nosso país. A estimativa da população de Restinga Seca para o ano de 2016 é de 16.324 habitantes.

Figura 01 – Dona Francisca no Centro da Quarta Colônia



Elaboração: Schirmer, G. (2012).

Todos os municípios da Quarta Colônia tiveram suas escolas no campo desterritorializadas, permanecendo apenas algumas delas que batalham para registrar uma educação que envolva a comunidade do campo.

O Ensino após a chegada dos Imigrantes

O município de Dona Francisca foi constituído dentro do território da ex-colônia de Silveira Martins⁶, relativamente pequeno, considerando as grandes extensões da região colonial italiana de Caxias do Sul, por exemplo, e, da mesma forma, em relação à colonização alemã relacionada nas regiões de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

A Quarta Colônia⁷ teve a chegada dos primeiros imigrantes Italianos no ano de 1877/78 e eles se alojaram em um barracão onde hoje é o município de Silveira Martins (SPONCHIADO, 1996). Esses imigrantes, por sua vez, fizeram a travessia, para o Brasil e outros países da América, pois a Itália estava em colapso social, político e econômico devido a sua unificação. Os imigrantes que aqui chegaram eram, em geral, pobres, católicos e oriundos do norte da Itália, recém-unificada. Muitos se instalaram em Dona Francisca, lado Oeste, região de morros. A partir 1824, deu-se a chegada dos Imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul, mais na Região de Agudo e outras regiões próximas à capital, porém em um número menor. Instalaram-se no Município de Dona Francisca/RS, no lado leste, próximo ao Rio Jacuí e, na sua maioria, eram agricultores, pobres e protestantes.

Esta população que se estabelecia foi desterritorializada de suas terras na Europa e passaram a constituir um novo território. Essa territorialização representa a desterritorialização dos indígenas. Para Raffestin, 1986, o território é o lugar de todas as relações, porém sem a população, resume-se a uma potencialidade. Foi o que sucedeu com a vinda dos imigrantes para a América. Na Europa, diante do capitalismo avassalador, a classe camponesa ou se urbanizava e transformava-se em força de trabalho, que seria aproveitada pela indústria ou, então, teria de promover uma modificação em suas próprias atividades. Nesse contexto, os camponeses foram forçados a aceitar as mudanças e partiram para outras terras, de modo a abandonar a própria pátria. Muitos deles vindo para Dona Francisca/RS. Mas, mesmo estes imigrantes não conhecendo a realidade aqui encontrada, desterritorializarão a população aqui existente ao controle da elite que dominava especialmente o sistema econômico e político.

⁶Silveira Martins é conhecida como Berço da Quarta Colônia, por receber as primeiras levas de imigrantes italianos da região central do estado do RS, dando início ao 4º Núcleo de Imigração Italiana do RS. A Quarta Colônia foi criada em 1877 e recebeu o nome de Silveira Martins, em homenagem ao senador gaúcho Gaspar Silveira Martins, político que defendia a imigração. O local escolhido, distante dos demais núcleos de imigração italiana, era composto por terras devolutas situadas na região central, na Serra de São Martinho, que faz parte da Serra Geral.

⁷Quarta Colônia de Imigração Italiana é uma região localizada no Rio Grande do Sul, na Mesorregião do Centro Oriental Rio-grandense, e que foi o quarto centro de colonização italiana na então Província do Rio Grande do Sul, apenas depois de Caxias do Sul (com a denominação antiga de Campo dos Bugres), Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (hoje Garibaldi), e a primeira fora da Serra Gaúcha.

Quanto ao ensino, Santin acrescenta que, nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, já mereceu atenção e foi analisado em várias obras. Em todas elas, destaca-se uma nota comum:

A pouca preocupação dos imigrantes, na maioria das comunidades, em relação à escola. São poucas as comunidades que investem em escolas. O pouco ensino existente é feito por professores, em sua residência e à noite, por ser o mais instruído do lugar, com o fim de ensinar ler, escrever e contar (SANTIN, 1986, p.71).

Pouco se sabe com segurança e objetividade sobre o ensino, as escolas e os professores nas primeiras dezenas de anos de colonização nesta região. O professor Santin (1986, p. 72) acrescenta que o Cônsul Pascoal Corte, da Itália, em visita, em seu relatório sobre a colônia de Silveira Martins, apresentado em 1884, lamentava em acrescentar que a encontrou muito descuidada a instrução, quer por parte do governo brasileiro, quer por parte dos colonos. “Somente no agosto passado chegou na sede para se encarregar da escola mista governativa uma professora brasileira”.

Sponchiado (1996, p. 217), referindo-se à imigração italiana, destaca uma das análises do Pe. Luiz Spochiado.

Nossos avós, quando para cá imigraram nos distantes anos do fim do Império, pouco valor davam ao estudo. Provinham do Norte da Itália, regiões, que destes tempos imemoriais foram disputadas por vários povos. Todas aquelas nações imperialistas sabiam que um povo alfabetizado, facilmente sacode o julgo estrangeiro. Criaram uma geração analfabeta, e entre eles estavam boa parte de nossos ancestrais.

A história nos coloca no espaço geográfico vivenciado pelos imigrantes, que não tinham oportunidade de estudar, e remete-nos a outro espaço, o nosso, em que os descendentes destes somados a descendentes de escravos e indígenas estão submetidos a não terem oportunidades de desenvolver o que há de mais interessante no humano, o conhecimento.

Se, no começo da colonização, a escola foi inexpressiva, logo nas primeiras décadas deste século, floresce um grande centro estudantil e educacional em um dos principais núcleos, a região do Vale Vêneto, próximo de Dona Francisca. Com a vinda dos Padres Palotinos e, por convite destes, a chegada das Irmãs da Ordem Franciscana, duas grandes escolas, uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino, com seus internatos e externatos, estabeleceram as bases de uma vida estudantil intensa. O ensino era de alto padrão. Seu modelo era europeu. Infelizmente, para quem não se destinasse à

vida religiosa, era um ensino até inadequado para os filhos dos colonos. Quem frequentava as escolas sabia que receberia uma boa fundamentação educativa humanística, mas que para suas lidas agrícolas pouco significava. Caso quisesse aproveitar seus conhecimentos de maneira mais efetiva, havia apenas dois caminhos a seguir: o primeiro de ingresso na vida religiosa e o segundo de partir para um centro maior, onde se pudesse continuar com os estudos ou para arrumar algum emprego.

As escolas formavam uma juventude acadêmica bem ilustrada, mas pouco prática. Convém salientar que o estudo estava direcionado para uma pequena parcela da população: “Tal ensino podia ser muito interessante para o estágio cultural europeu do período medieval, mas profundamente distanciado para o momento e a realidade da Colônia” (SANTIN, 1986, p. 73). Um ensino que trazia jovens para o internato ou semi-internato religioso de orientação católica, e um ensino que não visava a dar ao jovem oportunidade de escolha em permanecer no campo.

No município de Dona Francisca, instalava-se a Escola São Carlos, administrada pelas Irmãs Palotinas, que praticamente seguiam a mesma ideologia estabelecida nos preceitos europeus, baseadas num conceito humanístico, um tanto distante da realidade da agricultura.

Em diálogo (entrevista) com a Professora Denise Hollweg Siebert, Supervisora de Educação Infantil junto à SMED de Dona Francisca, ao se referir às escolas desse município em que lecionou, entre as quais, a Escola Abílio Jaeger, na localidade do Trombudo, esta relata que a religiosidade era bem definida. A professora, sendo evangélica e quando designada a lecionar na Escola Tiradentes, também na localidade do Trombudo, nos anos 1986, permanecendo lá até o ano 2009 (25 anos de magistério somados às demais escolas), sentiu dificuldades, pois, em suas palavras: “tive que aprender a Ave Maria, Salve Rainha, o Credo e a rezar o terço. Havia, com frequência, a visita de padres e diáconos, então, para não ficar feio, decorei algumas rezas católicas”.

Na década de 50, a Escola Evangélica do Trombudo constituía-se em um marco de referência para a comunidade. Na prosa com a agricultora aposentada, Carmosina Severo Alves, egressa dessa escola, no Trombudo, ela se reporta à época em que a frequentou, 1957, 1958 e 1959. Estabelecendo-se, neste curto espaço de tempo em que frequentou a escola, uma lembrança vitalícia. Porém, para alguns poucos, significava a sequência dos estudos acadêmicos e, para muitos, a interrupção daquilo que servia de sonhos.

Recordo que havia uma biblioteca com diversos livros e cadernos, o quadro grande, giz, cadeira e mesinha em bom estado. Lembra que vinham crianças inclusive da localidade do Formoso e estes vinham a cavalo. Também lembro dos coleguinhas que não eram filhos de alemães, éramos nós filhos de peões das lavouras de fumo e arroz, eram poucos os dias do ano que a gente se encontrava na escola.

Aos poucos, os descendentes de imigrantes italianos da ex-colônia de Silveira Martins, bem como os alemães, passam a ver no estudo um caminho da libertação dos duros trabalhos camponeses. Tal atitude cresce e se fortalece com o surgimento do Ensino Superior em Santa Maria, especialmente com a instalação da Universidade Federal de Santa Maria⁸. Dar estudo aos filhos passou a ser um objetivo comum. “Os pais queriam evitar que seus filhos passassem pelas mesmas atribulações. Estudar era sinônimo de um futuro melhor, longe dos sofrimentos e das privações suportadas pelos pais na vida rural” (SANTIN, 1986, p. 74). Porém, poucos conseguiam ingressar na Universidade. Aqueles que ingressavam formavam-se profissionais, sendo raros os que retornavam às suas terras de origem.

O município de Dona Francisca chegou a ter 13 escolas públicas e uma filantrópica (particular, das Irmãs Palotinas), assim distribuídas: nove (09) eram rurais e cinco (05) urbanas. Atualmente, mantêm-se uma (01) no campo e três (03) na cidade. Ao todo, foram fechadas oito (08) escolas municipais na zona rural, uma (01) estadual de ensino fundamental incompleto no meio urbano e uma (01) filantrópica (a das Irmãs) no perímetro urbano.

Abordagens históricas sobre a formação do município

O resgate do passado do município de Dona Francisca é no sentido de balizarmos a constituição de um passado marcado pela construção de escolas no meio rural. Além de uma possível verificação no conjunto de supervalorização das cidades e na ideologia de um sistema capitalista, que propõe a concentração de bens, inclusive de terras, de modo a impulsionar o êxodo rural e, conseqüentemente, a desativação das escolas do campo.

As escolas rurais do município foram construídas nas localidades (Croqui abaixo): Sanga Funda, Linha Ávila, Trombudo, Formoso, Cerro dos Dambrós, Linha Grande, Linha do Moinho e Linha do Soturno. As comunidades da Retorcida e Passo dos Ropke

⁸A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), idealizada e fundada pelo Professor José Mariano da Rocha Filho, é a primeira instituição de ensino superior criada no interior do Brasil, região central do RS. Oficializada em 14 de dezembro de 1960, pela Lei nº 3.834-C, e instalada solenemente em 18 de março de 1961, construiu, ao longo de seus mais de 50 anos, credibilidade e tradição (UFSM. 2015).

frequentavam as escolas da Linha Grande e Cerro dos Dambrós. No perímetro urbano, a organização espacial faz-se da seguinte forma: Centro, Bairro Mostardeiro, Vila Recanto, Vila Corsan e Vila Cohab.

Figura 2 – Croqui do Município de Dona Francisca – RS.



Fonte: Departamento de Engenharia – Prefeitura Municipal de Dona Francisca – RS.

O Rio Jacuí percorre o município de norte a Sul. O desenho indica que há uma estrada com as vicinais que percorre o espaço que deu acento à territorialização das escolas no campo. O rio e as estradas são fatores do povoamento deste município, porém o tempo sendo construído por ideologias centradas no acúmulo de capital, na concentração de renda, deixou o rio correr tingido pela poluição advinda dos centros urbanos, na construção das usinas hidroelétricas que modificam o percurso natural do rio e as estradas passaram a ver, frequentemente, o transporte escolar conduzindo as crianças rumo ao centro urbano.

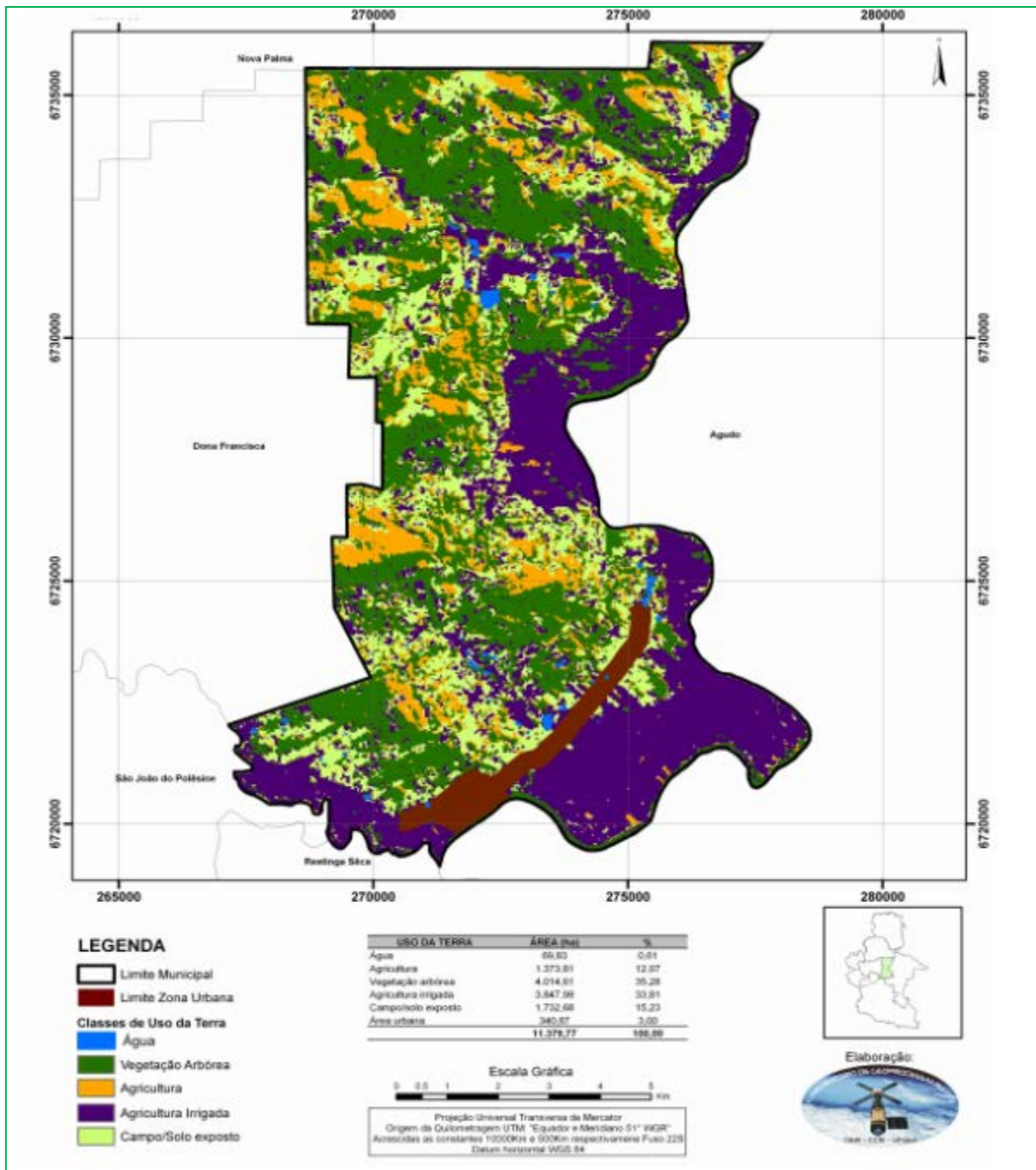
Aspectos Econômicos e Culturais, Sociais e Educacionais.

A base econômica do município de Dona Francisca é a agrícola, com as culturas do fumo, milho e feijão nas encostas e arroz irrigado nas áreas planas ou várzeas ao longo da margem do rio Jacuí. A pecuária também é um incremento da economia e apresenta-

se em toda a zona rural. Predominam as pequenas propriedades rurais, que possuem como característica o trabalho familiar camponês com uma boa produtividade. Nas últimas duas décadas, principalmente, tem-se procurado a diversificação das atividades agrícolas e pecuárias, o que é constatado na presença de hortifruticultura, agroindústrias caseiras, cultivo da cana-de-açúcar e suas derivações, piscicultura e apicultura.

O mapa, figura a seguir, mostra o uso das terras no município de Dona Francisca e, nele, está demonstrado que a agricultura é feita na sua maior proporcionalidade, utilizando-se da agricultura irrigada, área de cor roxa, onde está presente a cultura do arroz. Em diálogo com vereador de Dona Francisca Carlos Fantinell, ele ressalta “que Dona Francisca é o local em que mais se produz arroz por hectares no Brasil. Próximo ao Rio Jacuí se produz arroz, terra de várzea e lado oeste predominância do cultivo do fumo”. Abaixo, a área de cor amarela representa a área usada na agricultura dos produtos que não possuem irrigação natural; a área verde constitui-se de vegetação arbórea, são as encostas, relevos, montanhas. Entre eles, o Cerro da Igreja, o Morro de Agudo, o Morro da Cruz.

Figura 2 - Mapa de uso da terra no Município de Dona Francisca/RS.



Fonte: Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia (2001).

A área municipal corresponde a 10.400ha, sendo que 60% da área é de relevo acidentado e 40% da área é de coxilhas. A professora Sueli Iraci Weirich Stieller, natural e residente no município, em depoimento oral, ao abordar a relação entre comunidade e êxodo, mostra-nos que:

Mais de 50% dos filhos das décadas de 70 e 80 permaneceram em Dona Francisca e na agricultura. Estes tiveram 01 ou 02 filhos e alguns, nenhum.

Quem tem condições econômicas permanece em Dona Francisca e os demais vão para outros lugares. Atualmente, a população, na sua grande maioria, mais de 85% está acima dos 45 anos. É um fator que acontece com as terras é que há o acúmulo de terra em mão de alguns proprietários. Estes compram de quem tem menos terra, tornando a propriedade maior e contribuindo para com o êxodo rural.

O ex-prefeito Saul Antônio Dal Forno Reck, ao ser indagado sobre o futuro das terras, foi incisivo em afirmar: “Com relação à herança: há uma preocupação com quem vão ficar os bens, especialmente as terras de várzeas. Os filhos saem para estudar e as terras de arroz são muito bem valorizadas. Então, o futuro tende a haver a concentração destas nas mãos de poucos”.

O território, pelas mais diversas circunstâncias ocorridas no meio social, é um produto de mudanças e permanências num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Nos últimos anos, especialmente na segunda metade do século passado, as mudanças foram rápidas e muito destrutivas. Por exemplo, florestas que demoraram centenas de anos para se formar foram ceifadas em pouco tempo e as cidades perceberam-se com inúmeros prédios, muito em função da migração, êxodo rural dos municípios menores. Tecendo uma relação com a paisagem, Saquet (2009, p.81) salienta:

(...) território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. O território se constitui, refaz, reterritorializa, desterritorializa e gera diferentes paisagens desiguais que não estão descoladas do espaço e muito menos do território.

Com relação à organização territorial, Saquet (2009, p. 84) nos faz perceber que “há múltiplos arranjos sociais e territoriais, que vão desde o indivíduo, passando pela família e pelas organizações de bairro ou de localidades rurais, até grandes organizações culturais e/ou empresariais”. O autor cita a imigração italiana em Silveira Martins que formou, neste local e neste espaço, um território a partir de uma reconstituição histórica da vinda para uma nova terra. Os imigrantes foram, na Itália e na Alemanha, desterritorializados, trazendo consigo os costumes, as tradições, etc. Em território brasileiro, a adaptação foi se dando por meio dos contatos, das parcerias e da valorização do lugar. Esta territorialização, atualmente, passa por uma nova desconstituição através do êxodo rural, especialmente dos jovens que vão para os centros urbanos. Saquet (2009, p. 84) é otimista e aposta em ideais de recuperação, de melhoras: “enfim, da valorização da vida com o máximo de autonomia e qualidade possíveis em detrimento da

mercantilização, da globalização perversa e excludente, da concentração da riqueza, da centralização política e decisória”.

Um município em que o êxodo rural esteve destituindo as escolas em seu meio rural, restando apenas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, como marco que simboliza a territorialidade de quem vive no campo. Raffestin (1993, p. 88) é enfático em afirmar que “se não é fácil controlar a natalidade e a mortalidade, também não simples a mobilidade”. Esta mobilidade acentuou-se muito nas décadas de 80, fenômeno que ocorreu também no município de Dona Francisca.

O autor discerne que, após a segunda guerra mundial, a emigração acentuou-se. Este fenômeno tem sido “aumentado e reforçado pelos investimentos das grandes empresas multinacionais” (RAFFESTIN, 1993, p. 93). Essas empresas, a serviço do capitalismo, instalaram grandes fábricas, montadoras, criando empregos e atraindo a população do meio rural e, conseqüentemente, a venda do capital que lhes restava (terra) para algumas famílias, alguns grupos empresariais. Tal fato trouxe inúmeras conseqüências, entre elas, o fechamento das escolas rurais e a superlotação das salas de aulas nas escolas urbanas, especialmente as das cidades com um maior número de população. Essa superlotação chegou a 25 alunos no primeiro ano, um ano de início da alfabetização, em que a criança precisa de um acompanhamento sequencial e próximo.

Os aspectos sociais trazidos a este trabalho estão voltados à área da educação com referência às escolas no campo, no qual restou com conseqüência o êxodo rural, ocasionando a desterritorialização das escolas no campo de Dona Francisca e da população deste município e dos municípios da Quarta Colônia dentro da conjuntura nacional. Citamos como exemplo a comunidade do Novo Treviso⁹. Nesta comunidade, instalou-se a Escola Estadual Luiz Antônio Bussanello, desativada, restando o prédio com as salas de aula, secretaria, cozinha, banheiro, uma estrutura que foi adequada para o bom atendimento às crianças, aos adolescentes em atividade escolar. A comunidade constituiu setores de industrialização, entre eles, o Moinho Antoniazzi, que se mudou para Santa Maria/RS e uma agricultura voltada às necessidades da alimentação básica fundamentada na policultura.

Resta, atualmente, poucos moradores e as crianças utilizam-se do transporte escolar. A juventude migrou para os centros urbanos, e em pequeno número, para outros

⁹ Localizada no município de Faxinal do Soturno/RS, nos limites da Comunidade do Trombudo de Dona Francisca o qual fora o berço inicial da Colonização Italiana e continha uma Escola Estadual;

locais. Isto também se sucedeu em Dona Francisca e em todos os municípios da Quarta Colônia.

E o processo de desativação das escolas ocorreu junto com as circunstâncias que ocasionaram a condução das pessoas aos centros urbanos (SANTOS, 2007, FERNANDES, 2005), autores que, em conjunto a muitos outros, preocupados com as causas sociais elucidam a questão do porquê do êxodo rural, e as razões que o sistema capital (capitalismo) impõe à população.

Os anos 90 apenas refletem os anos pós-industrialização, mais especificamente no Brasil, após os anos de 60, em que a agricultura passou a se concentrar nas mãos de empresários urbanos e ruralistas. As escolas passaram a ser reduzidas à política dos governantes municipais, estaduais e federais, que foi a de diminuir custo com a educação sem parâmetros adequados de avaliação e introduzir núcleos, transporte escolar e, posteriormente, fechar os próprios núcleos escolares e conduzir as crianças aos centros urbanos.

A Quadro abaixo, figura 02, traz um demonstrativo específico da data de desativação das escolas no campo do município de Dona Francisca/RS em ordem cronológica. Farias (2014) demonstra a desterritorialização das escolas no estado do Paraná, bem como a reterritorialização destas nos assentamentos. Dona Francisca teve oito escolas municipais desativadas demonstrando a precariedade e dimensão estruturada nos campos dos mais diversos municípios do país.

Figura 03 - O ano de desativação das Escolas no Campo.

	Escolas Municipais	Data de desativação
1 ^a	Santa Rita de Cássia – Linha do Soturno;	21/04/1991
2 ^a	Antônio Bortolás – Sanga Funda	24/02/1994
3 ^a	Anália Mostardeiro – Dambrós;	21/03/1994
4 ^a	Felipe Schirmer – Linha Ávila	1º/03/1996
5 ^a	Daltro Filho – linha da Moinho	20/12/1996

6 ^a	Abílio Jaeger Trombudo	19/12/1997
7 ^a	Getúlio Vargas – Formoso	04/04/2005
8 ^a	Antônio Soccacal – Linha Grande	19/12/2009

Fonte: Documentos junto à SMED de Dona Francisca,

Dentro do contexto de desativação, de fechar as escolas, persiste a Escola Tiradentes, localizada na comunidade do Trombudo em Dona Francisca. Esta continua territorializada, mesmo com diversas ameaças, diversas tentativas de fechamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do texto constituiu-se em verificar os aspectos históricos, culturais, econômicos e educacionais que vinculados à população de Dona Francisca, estabeleceram a territorialização das Escolas no Campo deste município. Este procedimento foi gerado na colonização dos imigrantes europeus. Porém, após a década de 70, os filhos destes imigrantes passaram a também sendo desterritorializados de seus lugares atingidos pelas políticas públicas abordadas praticamente em todo o país no fechamento das escolas no campo.

Sob o jugo de que, no campo, há gente, há produção de alimentos que se estabelece como de primeira necessidade, há crianças que habitam o meio rural e urbano, leva-nos a considerar que mais de 80% dos municípios brasileiros têm uma relação direta com o campo e, mais em detalhe, com o agricultor. E as escolas são centros de referências no campo para a qualificação de seus moradores. É da indignação da comunidade, dos agentes escolares ver o campo sendo desterritorializados de suas escolas. Mas a reação é inevitável e clama, em conjunto com a população pelo ensino a seus filhos em suas comunidades.

REFERÊNCIAS

- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FARIAS, Maria Isabel. **Os Processos de Territorialização e Desterritorialização da Educação do Campo do Sudoeste do Paraná**. 129 f. Dissertações (Mestrado em Geografia) -Presidente Prudente, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo**: espaço e território como categorias essenciais. 2005. UNESP.
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf.
Acesso em: 10 set. 2016.

GROFF, Altair. **A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSM, Santa Maria, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E.S.(Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.73-94.

RATZEL, Friedrich. O Elemento Humano na Geografia; A História e a Geografia do Homem. In. MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.), **Ratzel**. Geografia. São Paulo: Ática, 1990.

SANTIM, Silvino. **A Imigração Esquecida**. Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana Editora da Universidade de Caxias - EDUCS. Caxias do Sul, RS, 1986.

SANTOS, Milton. **Encontros**. Rio de Janeiro: Editora Beco do Azougue, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E.S.(Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.73-94.

SPONCHIADO, Breno Antônio. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma: Paróquia Santíssima Trindade, UFSM; Pró-Reitoria de Extensão, Santa Maria: Palotti, 1996.

RAFFESTIN, Cloude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.